

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE TURÍSTICA

META

Compreender o processo de produção do espaço a partir dos princípios da sustentabilidade.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

entender o processo de produção do espaço do turismo a partir da tríade desenvolvimento – turismo-sustentabilidade.

PRÉ-REQUISITOS

Aula 6

INTRODUÇÃO

A temática do Turismo vem sendo discutida por várias ciências, seja adquirindo um caráter de produto ou como uma atividade tipicamente econômica. Nesta aula ressaltaremos mais uma vez que a atividade turística deve ser analisada dentro da sua espacialidade e entendida como condicionante econômico, social, político e cultural e não ser visto apenas como um produto das relações sociais.

O significado do turismo adquire sem dúvida uma nova dimensão frente à diminuição da função produtiva tradicional – a agrária – dos espaços rurais, perdendo a condição de marginalidade no contexto dos parâmetros de rendimento e eficácia da produção (CALS, CAPELLÀ; VAQUÉ, 1995); ante a nova valorização social dos espaços singulares, naturais, etc., cuja raridade induz à atração e a frequência potencial devido à sensibilidade ambiental e conservacionista que caracteriza a sociedade atual.

Partindo desse pressuposto, caro (a) aluno (a), na aula de hoje discutiremos o turismo sob a ótica da sustentabilidade. Vamos analisar a produção do espaço e a sustentabilidade do turismo partindo do seguinte questionamento: como conseguir desenvolver-se com equidade social, econômica e ecológica?

DESENVOLVIMENTO, TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Nos últimos anos, o turismo tem sido concebido como um fator chave – às vezes o único possível – para dinamização das regiões menos desenvolvidas e áreas marginais no Brasil e no mundo.

A perspectiva de inserção de novos espaços na economia do turismo aliado a todo conjunto de atividades atrativas complementares tem instrumentalizado os diversos agentes (públicos e privados) que através dos mais variados mecanismos, como por exemplo, planos de desenvolvimento, programas regionais e/ou locais têm elaborado políticas regionais e setoriais que visam colocar em marcha o desenvolvimento local e incluir estes espaços no circuito econômico do consumo do turismo.

Como já vimos em aulas anteriores, com a globalização, um novo cenário turístico é formado e interpretado como a fase pós - fordista do turismo caracterizada pela produção flexível do ócio (VERA et.al, 1997). As características do novo paradigma turístico são a globalização dos mercados, a grande segmentação da demanda, as economias de escala nas atividades turísticas, as novas tecnologias disponíveis, a exigência de sustentabilidade do meio ambiente e social e a generalização espacial do turismo a partir de uma maior interação das áreas anteriormente consideradas como marginais a esse processo.

Sem dúvida, este novo cenário do turismo exige novos conteúdos e novas formas de gestão pública, uma nova política turística. Essa nova política turística requer a atuação conjunta e coordenada dos setores público, privado e voluntariado que facilite a consecução da competitividade através da qualidade e da eficiência (FAYOS, 1995).

Os debates acerca da manutenção da atividade turística como fonte principal e real das áreas antes consideradas marginais ao desenvolvimento, apregoam a necessidade de que o turismo se caracterize por uma valorização do aspecto econômico, da justiça social e da sustentabilidade ecológica. Este discurso deve promover as grandes mudanças nos perfis de renda e ocupação da população por ele atingida, direta e indiretamente. Isso porque os programas ou planos de desenvolvimento do setor perpassam por um processo integral, global e participativo, sendo essencial que todos estejam sensibilizados para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

É certo que desde a década de 60, vem se firmando uma concepção de desenvolvimento que agrega a conservação do meio ambiente natural e as características socioculturais de uma população. Desde então, diversos acontecimentos tornaram-se muito relevantes tanto para a busca de ações de mitigação dos impactos negativos ao meio socioambiental causados pelo desenvolvimento econômico, quanto para a recuperação dos danos causados pela problemática ambiental e para prevenção desses danos.

Diante dessa realidade, com todas as problemáticas em torno da questão socioambiental, da situação acerca da preservação e do desenvolvimento econômico, torna-se cada vez mais relevante o estudo das possibilidades de uma interação entre o ser humano e a preservação dos recursos naturais.

A atividade turística ligada à natureza tem sido implementada ao longo dos anos desde o fim da década de 70 quando se passou a discutir a relação desenvolvimento e conservação da natureza. De fato, a década de 70 marca o rompimento do círculo virtuoso de crescimento da economia mundial desde o pós-guerra, lançando dúvidas sobre a validade dos instrumentos políticos disponíveis para a regulação das relações econômicas internacionais, assim como os mecanismos internos de promoção do desenvolvimento. Junto a isso, a situação de pobreza em que se encontra a maior parte da população mundial revela que o estilo de desenvolvimento também é insustentável do ponto de vista social (falta de acesso à educação, à saúde e à água tratada) e humano (fome, desnutrição). Dessa maneira, a crise ambiental, entendida como crise geral do acesso e rentabilidade dos recursos, coloca em cheque o modelo de desenvolvimento vigente, isto é, desenvolvimento calcado na exploração irracional e predatória dos recursos naturais e moldado em relações sociais de produção injustas e excludentes.

Os questionamentos formulados pelos movimentos sociais - ambientalistas ou **ecologistas**, governos e comunidades científicas acerca da falência desse modelo apontam para a necessidade de se buscar um outro

Ecologistas

Como defensores das causas ambientais e não como cientistas ligados a um ramo da biologia.

desenvolvimento, que seja mais racional, mais eficiente, mais harmônico social e ambientalmente. Dessa maneira, abrem-se áreas de diálogo entre a economia e ecologia procurando conciliar a preservação da natureza com a manutenção do processo de crescimento econômico, institucionalizando-se a questão ambiental. Surge, a partir dessa nova lógica, novas formulações que passam a se denominar de desenvolvimento sustentado ou durável, fundido inicialmente na noção de eco-desenvolvimento, que muitos autores erroneamente o tratam como um conceito base para a construção da noção de desenvolvimento sustentável.

No cerne das discussões e execuções no âmbito de uma visualização mais humanista em relação ao meio ambiente, vem procurando se estabelecer o desenvolvimento do turismo sustentável. A busca por um modelo de vida baseado numa ideologia de defesa de um ambiente menos efêmero, com diminuição do consumo e produção e de uma relação maior com o meio natural, provocou uma demanda por roteiros turísticos alternativos.

De fato, no início da década de 90, foram produzidas uma série de formulações a fim de concretizar os princípios básicos da sustentabilidade em relação ao turismo. A Agenda 21 para o setor de viagens e turismo publicada em setembro de 1995 pela OMT (Organização Mundial do Turismo) define o turismo sustentável como aquele que satisfaça as necessidades dos turistas e das populações receptoras atreladas à conservação do patrimônio. Assim, o desenvolvimento do turismo sustentável deve procurar atender à sustentabilidade envolvendo as dimensões sociocultural, econômica e ambiental.

Este documento elaborado pela OMT apontou oito áreas dirigidas a governos e representações das organizações visando o desenvolvimento de programas e procedimentos para a implementação do turismo sustentável, conforme veremos abaixo:

1. Avaliação da capacidade do quadro regulatório, econômico e voluntário para apoiar o desenvolvimento de políticas que viabilizem a implementação do turismo sustentável;
2. Avaliação das implicações econômicas, sociais, culturais e ambientais das operações da organização/instituição, no sentido de examinar sua própria capacidade para atuar na direção da perspectiva de desenvolvimento sustentável;
3. Treinamento, educação e formação da consciência pública, no sentido do desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo e com o objetivo de viabilizar a capacidade necessária para execução de tarefas nessa direção;
4. Planejamento para o turismo sustentável a partir do estabelecimento e implementação de medidas que assegurem o planejamento efetivo do uso do solo, que maximizem benefícios ambientais e sociais, e minimizem danos potenciais à cultura e ao meio ambiente;
5. Promoção de intercâmbio de informações, conhecimento e tecnologias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que viabilizem o turismo sustentável;

6. Fomento à participação de todos os setores da sociedade;
7. Monitoramento para avaliação dos progressos alcançados frente as 4 metas de turismo sustentável através de indicadores confiáveis aplicáveis a nível local e nacional;
8. Estabelecimento de parcerias que facilitem iniciativas responsáveis.

Os impactos da atividade turística, sejam eles positivos ou negativos, na população receptiva ou de degradação ambiental e cultural são visíveis em várias partes do mundo fruto da expansão do chamado Turismo de Massa. Segundo Andrade (2002), o turismo como fenômeno de massa, consolida-se a partir da segunda metade do século XX. Esse crescimento reflete-se na dimensão econômica que a atividade turística passa a assumir na economia mundial.

O crescimento desse tipo de turismo conduziu uma série de impactos que se manifestaram de forma mais evidente nos últimos anos. É certo que esses impactos não podem exceder os limites aceitáveis para uma boa planificação e desenvolvimento sustentável do turismo e podem ser evitados e/ ou controlados a partir de medidas administrativas bem fundamentadas e aplicadas por cada um dos atores que intervêm no desenvolvimento do turismo.

Nas duas últimas décadas do século passado, a concepção de turismo assume um novo contexto devido à necessidade de implementar modelos de desenvolvimento sustentável que aponte para a compatibilidade do desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais e culturais visando a equidade e a justiça social.

Essa nova concepção calcada no desenvolvimento sustentável propõe pressupostos que divergem do atual modelo de desenvolvimento econômico para o turismo, sobretudo, no que diz respeito à demanda social, uma vez que, em alguns casos, não são observados os danos, às vezes, irreversíveis ao meio ambiente, as comunidades locais e ao patrimônio.

Com base na nova discussão de sustentabilidade Prats (1996) define quatro fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística com a perspectiva da sustentabilidade:

- a) A compatibilidade do turismo com a capacidade de carga do sistema natural, econômico e social, ou seja, a adaptação do processo de desenvolvimento das necessidades do mercado, prevenindo os riscos e preservando os recursos naturais, além de favorecer a evolução da estrutura econômica local;
- b) A integração do turismo com o desenvolvimento econômico local a partir da renovação de setores tradicionais da economia e estimulando a criação de novos setores;
- c) A inserção do turismo no sistema de planificação estratégica centrada no desenvolvimento local; e,
- d) A gestão integrada e participativa do desenvolvimento turístico local calcado na ampla e rigorosa participação dos agentes sociais e da própria população local.

A partir desses quatro fatores, entendemos que o fenômeno do turismo em sua enorme complexidade materializa-se territorialmente através das relações sociais inerentes ao seu processo, atenuando novas feições urbanísticas e novas demandas à conceituada segunda natureza, empreendida pelo trabalho social atrelada ao envolvimento das populações locais no sentido de promover uma inserção não apenas simbólica e caricaturada, mas com o intuito de se pensar a sustentabilidade das atividades como forma de garantir a fixação, o emprego e a geração de renda nos espaços turísticos.

O caráter ambivalente do turismo pode gerar vantagens no âmbito econômico ao passo que pode ser corrosivo sócio-culturalmente, além de contribuir para a degradação ambiental e a perda da identidade local.

Assim, todos os agentes de desenvolvimento turístico (associações profissionais, empresas, trabalhadores do setor, organizações não governamentais, as comunidades receptoras, os turistas e outros organismos do setor turístico) têm o dever de proteger o meio ambiente, os recursos naturais e culturais na perspectiva de um crescimento econômico constante e sustentável que seja capaz de satisfazer as aspirações presentes e futuras. Estes agentes devem pensar a atividade turística baseando-se em três pontos fundamentais:

1. Responsabilidade econômica e social por parte do governo e das empresas que instalam empreendimentos turísticos, a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico protegendo a comunidade local da sobre-comercialização e da sobre-exploração;
2. Responsabilidades das comunidades receptoras no que diz respeito à segurança, a garantia de proteção dos turistas e a prática do desenvolvimento sustentável em relação a sua participação nas atividades turísticas;
3. Por fim, a responsabilidade do turista em respeitar os costumes, as culturas e o meio ambiente do lugar visitado. O turista deve vislumbrar o intercâmbio de culturas.

Com esse entendimento de que o turismo desencadeia um conjunto de outras atividades atrativas, resultantes de diversas ingerências formais e informais, influenciados cada vez mais pela incorporação de empreendimentos públicos e privados (fixos) e que proporcionam uma ampliação econômica e estrutural do setor é possível propor novas possibilidades de oferta de bens e serviços que promovam o desenvolvimento sócio-cultural e econômico da população diretamente envolvida.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentado ou sustentável pode ser abordado em múltiplas escalas ou a partir da interação dos diversos níveis, desde que hajam problemas a serem resolvidos para viabilizar a regulação capitalista.

Segundo Max-Neef (1998) o desenvolvimento a escala humana é possível, desde que as necessidades humanas sejam enfocadas sistematicamente e não linearmente. Em que a única maneira de possibilitar a sustentabilidade

reside na conjugação do crescimento econômico com a salubridade social e crescimento pessoal, através da ampliação do processo educativo – conscientização – que combine as sinergias locais e a eficiência global.

CONCLUSÃO

Para finalizar essa aula, é importante frisar que com o despertar para a consciência ambiental, os consumidores dos produtos turísticos passaram a ser mais exigentes tanto com a conservação dos recursos naturais e culturais quanto com a qualidade dos serviços prestados.

Assim, urge a necessidade dos gestores e empreendedores de desenvolver práticas que visem o desenvolvimento da prática turística pautado nos princípios da sustentabilidade.

RESUMO

A situação socioambiental que abarca o mundo é conseqüência de centenas de anos de exploração dos recursos naturais de forma indiscriminada. As discussões acerca do desenvolvimento sustentável e o papel do turismo na sociedade moderna se intensificaram nos últimos anos, uma vez que a atividade turística passou a se constituir em um fator chave para a dinamização e inserção de regiões e até mesmo de países na rota do consumo espacial. Desta forma, a sustentabilidade se converte em um instrumento condutor básico de políticas, planejamentos e de gestão da atividade turística.



ATIVIDADES

O tema abordado nessa aula é, muitas vezes, tratado nos meios de comunicação. É certo que em alguns casos fazemos interpretações equivocadas ou não levamos em consideração os problemas sociais, econômicos e culturais que podem ser gerados a partir do desenvolvimento da atividade turística. Assim, após a leitura dessa aula, é importante que você reflita sobre a sustentabilidade. Para essa reflexão lançaremos dois questionamentos: a sustentabilidade é uma utopia? É possível que o turismo se desenvolva pensando nos princípios da sustentabilidade?



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

É importante que você recorra à biblioteca ou as discussões na plataforma virtual, a fim de que a elaboração da atividade proposta possa partir de uma boa fundamentação teórica sustentada na reflexão pessoal.



PRÓXIMA AULA

Para aprofundarmos mais essa temática, na próxima aula discutiremos a temática impactos ambientais do turismo.



AUTOAVALIAÇÃO

Será que você compreendeu essa temática que foi abordada? Você teve dificuldade em elaborar a atividade que foi proposta para a aula de hoje?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José Roberto de Lima. **Uma Contribuição à Análise Econômica da Demanda por Turismo**. São Paulo: ECA/ USP, 2002. (Tese de Doutorado).
- CALS, J. CAPELLA, X; VAQUÉ, E. **Gestión Pública del Turismo**. Manual per a les administracions locals de les zones d'interior. Fundació Carles Pi I Sunyer. Barcelona, 1995.
- FAYOS-SOLÀ, E. **La Nueva Política Turística**. In: Arquitectura y Turismo: planes y proyectos. Barcelona: Universidad Politécnica de Catalunya, 1996.
- MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y reflexiones**. Barcelona: Icaria, 1998.
- PRATS, F. **Calvià: Agenda Local 21**. Calvià: Ajuntament de Calvià, 1996.
- VERA, F. et.al. **Análisis Territorial del Turismo: Una Nueva Geografía del Turismo**. Barcelona, Editorial Ariel, 1997.